

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE – CONSEMA – 2025.**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 8:30 horas iniciou a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, a Sra. Lilian Ferreira dos Santos, Presidente do CONSEMA em substituição, deu por aberta e com o quórum formado. Item I – Relação de presença dos representantes do Conselho Pleno na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno: Enéias Corrêa Figueiredo Júnior, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Adelayne Bazzano de Magalhães, representante da Secretaria de Estado de Saúde; André Santos, representante da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar; Ticiano Juliano Massuda, representante da Procuradoria Geral do Estado; Houseman Thomaz Aguilari, representante da Associação dos Produtores Rurais da APA Estadual Nascentes do Rio Paraguai; Fabriana Gouveia, representante da Ordem dos Advogados do Brasil Mato Grosso; Edileia Patricia Da Silveira, representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística; Adilson Ruiz, representante da Federação das Indústrias de Mato Grosso; Ilvânio Martins, representante da Fundação de Apoio à vida nos trópicos; Anderson Martins Lombardi, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Edvaldo Belisário, representante do Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso; Rodrigo Bressani, representante do Instituto Ecológico Sócio-cultural da Bacia Platina; Sandro Andreani, representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Márcio Augusto Fernandes Tortorelli, representante do Instituto Técnico de Educação, Esporte e Cidadania; Mauro Ribeiro, representantes do Instituto Ecológico e Sociocultural da Bacia Platina; Álvaro Fernando Cicero Leite, representante do Instituto Ação Verde; Auréa Campos, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Tendo o quórum firmado, com a palavra a Sra. Lilian Ferreira dos Santos questiona o Secretário Executivo do CONSEMA, Lupércio Cabral dos Santos, se há informes da secretaria, sendo sua resposta afirmativa, informa que na última ficou pendente dessa próxima reunião ordinária pela escolha de um conselheiro para substituir Vicente falcão representante da comissão de educação ambiental. A Sra. Lilian questiona se algum conselheiro tem interesse de participar da comissão. Márcio Augusto Fernandes Tortorelli, representante do Instituto Técnico de Educação, manifestou seu interesse em substituir e passa a integrar a comissão de educação ambiental. A Sra. Lilian inicialmente dá boas-vindas ao novo Secretário

36 Executivo do CONSEMA, Lupércio Cabral dos Santos. A Sra. Lilian Ferreira dos  
37 Santos faz um questionamento ao secretário executivo do CONSEMA se havia algum  
38 processo em regime de urgência ou inversão de pauta? O secretário Lupércio Cabral dos  
39 Santos responde que não. A Sra. Lilian Ferreira dos Santos faz um  
40 questionamento ao secretário executivo do CONSEMA se as atas foram enviadas  
41 para todos os conselheiros, e lembra que, na reunião anterior foi solicitada para  
42 prorrogar o prazo do encaminhamento das atas? O secretário Lupércio Cabral dos  
43 Santos em negativa responde que devido algumas adversidades com a saída da  
44 antiga secretária as atas estão sendo colocadas em dia. Inicia-se com o **processo n.**  
45 **7001395/2023 – Fazenda Paiquerê – recomendação de Dispensa de EIA/RIMA.** A  
46 Sra. Lilian compartilha o vídeo de apresentação para os conselheiros. A Sra. Lilian  
47 questiona se todos estão conseguindo ouvir e acompanhar o vídeo? Vocês me  
48 desculpem, mas estou com problema para transmitir, só um minuto. O conselheiro  
49 Houseman Thomaz Aguilari responde necessita dar play no vídeo. Vídeo iniciado, a  
50 engenheira ambiental começa sua apresentação, trata-se de um licenciamento  
51 ambiental de uma usina fotovoltaica, que possui três unidades geradoras com  
52 potência máxima 2,5 MW, o interessado do processo é sistema de energia, e a  
53 atividade a licenciar é a produção e distribuição de energia elétrica o empreendimento  
54 será instalado na fazenda Paiquerê, na BR 174 km300, zona rural do município de  
55 Conquista D'Oeste/MT, a presente consulta fez necessária para solicitar a dispensa  
56 de EIA/RIMA, uma vez que o empreendimento está localizado em zona de  
57 amortecimento da terra indígena Sararé. O empreendimento está localizado acerca de  
58 3,5 km da área urbana do município de Conquista D'Oeste/MT, ela foi fundada em  
59 1999 e possui uma área de 2.694,67 km<sup>2</sup>, a população é estimada em 3.760 pessoas  
60 e o esgotamento sanitário de cerca de 6,4%. Área urbanizada é de 1,14 km<sup>2</sup> e o  
61 índice de desenvolvimento urbano municipal é de 0,636, sendo o local proposto para  
62 instalação do empreendimento. Área considerada como consolidada e atualmente  
63 vem sendo usada para pastagem, local com predomínio de graminhas e com  
64 presença de algumas árvores isoladas, em relação a terra indígena Sararé essa terra  
65 indígena ela possui uma área de 64.420 ha e pertence ao povo Nambikwara, ela  
66 possui uma população 201 e está localizada no estado de Mato Grosso entre os  
67 municípios de Nova Lacerda, Conquista D'Oeste e Vila bela da Santíssima Trindade.  
68 O empreendimento está localizado acerca de 9,3 km de distância da terra indígena,  
69 portanto em zona de amortecimento devido ao fato de estar localizado em zona de  
70 amortecimento foi necessário realizar a consulta livre e prévio informada com os

71 indígenas, a ata foi assinada por todos os participantes da reunião. Nesta reunião  
72 foram sanadas e discutidas as dúvidas da comunidade em relação ao  
73 empreendimento, as documentações pertinentes no licenciamento: Plano de controle  
74 ambiental; avaliação de aspectos e impactos ambientais; medidas mitigadoras; ATA  
75 da reunião de consulta, em atenção a CLPI- Indígenas e o protocolo do ofício enviado  
76 para Funai. Avaliação de Aspectos e impactos Ambientais após a análise técnica foi  
77 observado que os principais aspectos gerados com a implantação do empreendimento  
78 seria poluição sonora que é ocasionada, a poluição do ar pela suspensão de material  
79 particulado devido a circulação de maquinários e veículos no local, aumento do  
80 processo erosivo devido a supressão da vegetação presente, mas além disso como  
81 impacto positivo podemos destacar o aumento da produção e distribuição de energia  
82 elétrica, além do aumento de geração de renda na região. Medidas mitigadoras, com  
83 intuito de mitigar os impactos negativos foram propostas algumas medidas: A  
84 remoção de árvores isoladas de acordo com o PF que será ainda aprovado, o  
85 gerenciamento dos resíduos sólidos e líquidos, o controle de emissão de ruídos  
86 durante a obra e controle de processo erosivos. O estudo contou com uma equipe  
87 multidisciplinar composta por um geógrafo, uma geóloga, uma bióloga, uma  
88 engenheira florestal, uma engenheira agrícola e ambiental e um engenheiro eletricista,  
89 responsáveis pela análise do processo. Por fim, recomendação a dispensa de  
90 EIA/RIMA. **O Parecer técnico nº 183453/CEE/SUIMIS/2024**, que analisou o  
91 processo, avalia o projeto de licenciamento e recomenda a dispensa de EIA/RIMA por  
92 ser um projeto que não se caracteriza como significativo impacto ambiental, e por se  
93 encontrar no entorno de T.I. Encerrada a apresentação. Com a palavra Sra. Lilian  
94 questiona se algum conselheiro queira se manifestar. Posto em votação pela  
95 Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA de EIA/RIMA – **Processo n. 7001395/2023**  
96 **– Fazenda Paiquerê** - Votaram favoráveis à dispensa SEMA, SES, SEAF, SEDEC,  
97 SINFRA, PGE, FIEMT, FAMATO, FETIEMT, AMM, CREA, OAB, ADE, ABES, ITEEC,  
98 GUARDIÕES DA TERRA, UNEMAT, IAV e APRAPA.. Ecotrópica se absteve.  
99 Considerando a decisão, por maioria, com 19 (dezenove) votos, fica aprovada a  
100 dispensa de EIA/RIMA do Processo n. 7001395/2023 – Fazenda Paiquerê. Com a  
101 palavra Sra. Lilian informa que a reprodução do próximo vídeo está com problemas  
102 em compartilhar para os conselheiros e na próxima reunião seguirá da forma original  
103 Próximo item da pauta o **processo nº 7001396/2023 – EBES Sistema de Energia**  
104 **S.A, é uma recomendação de dispensa de EIA/RIMA**. Vídeo iniciado, a engenheira  
105 ambiental começa sua apresentação, trata-se de um licenciamento ambiental

106 simplificado de uma usina fotovoltaica, atividade a ser licenciada é a produção e  
107 distribuição de energia elétrica, o empreendimento será instalado Sitio Primavera Lote  
108 41, zona rural do município de Nova Lacerda. A presente consulta fez necessária para  
109 solicitar a dispensa de EIA/RIMA, uma vez que o empreendimento está localizado em  
110 zona de amortecimento da terra indígena Vale do Guaporé, o empreendimento está  
111 localizado na zona rural de Nova Lacerda acerca de 7km da área urbana do município  
112 que possui uma área de 4.780,42 km<sup>2</sup>, com 6.670 pessoas que foi emancipado em  
113 1997, esgotamento sanitário de 41,9%, área urbanizada é de 2,45 km<sup>2</sup> e o índice de  
114 desenvolvimento urbano do município é de 0,636. Área tem grade predomínio de  
115 pastagem com algumas árvores isoladas, o empreendimento ele está localizado sobre  
116 a zona de amortecimento da terra indígena Vale do Guaporé essa terra indígena ela  
117 possui uma área de 243.000 hectares e pertence ao povo Nambikwara, a população  
118 está estimada em 482 pessoas e está localizado no Estado de Mato Grosso entre os  
119 municípios de Nova Lacerda e Comodoro. O empreendimento está localizado em  
120 torno dessa terra indígena acerca de 7km de distância, devido ao fato da localização  
121 do empreendimento realizou a consulta livre e previa informada com indígenas. A ata  
122 foi assinada por todos os participantes da reunião. Nesta reunião foram sanadas e  
123 discutidas as dúvidas da comunidade em relação ao empreendimento, as  
124 documentações pertinentes no licenciamento: Plano de controle ambiental; avaliação  
125 de aspectos e impactos ambientais; medidas mitigadoras; ATA da reunião de  
126 consulta, em atenção a CLPI- Indígenas e o protocolo do ofício enviado para Funai.  
127 Avaliação de Aspectos e impactos Ambientais após a análise técnica foi observado  
128 que os principais aspectos gerados com a implantação do empreendimento seria  
129 poluição sonora que é ocasionada, a poluição do ar pela suspensão de material  
130 particulado devido a circulação de maquinários e veículos no local, aumento do  
131 processo erosivo devido a supressão da vegetação presente, mas além disso como  
132 impacto positivo podemos destacar o aumento da produção e distribuição de energia  
133 elétrica, além do aumento de geração de renda na região. Medidas mitigadoras, com  
134 intuito de mitigar os impactos negativos foram propostas algumas medidas: A  
135 remoção de árvores isoladas de acordo com o PF que será ainda aprovado, o  
136 gerenciamento dos resíduos sólidos e líquidos, o controle de emissão de ruídos  
137 durante a obra e controle de processo erosivos. O estudo contou com uma equipe  
138 multidisciplinar composta por um geógrafo, uma geóloga, uma bióloga, uma  
139 engenheira florestal, uma engenheira agrícola e ambiental e um engenheiro eletricista,  
140 responsáveis pela análise do processo. Por fim, recomendação a dispensa de

EIA/RIMA. **Parecer nº 182804/CEE/SUIMIS/2024** que analisou o processo, avalia o projeto de licenciamento e recomenda a dispensa de EIA/RIMA por ser um projeto que não se caracteriza como significativo impacto ambiental, e por se encontrar no entorno de T.I. Encerrada a apresentação. Com a palavra Sra. Lilian questiona se algum conselheiro queira se manifestar. A conselheira representante da OAB faz uma observação do processo anterior, uma correção formal sobre a lei complementar 592, artigo 14, inciso 5, autoriza o licenciamento sem o CAR, foi colocado o ano de 2022, mas o ano dela é 2017, na conclusão do parecer estava dessa forma, só para retificar. Posto em votação pela Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA A – Processo nº 7001396/2023 – EBES Sistema de Energia S.A - Votaram favoráveis à dispensa: SEMA, SES, SEAF, SEDEC, SINFRÁ, PGE, FIEMT, FAMATO, FETIEMT, AMM, CREA, OAB, ADE, ABES, ITEEC, GUARDIÕES DA TERRA, UNEMAT, IAV e APRAPA. Ecotrópica votou contra a dispensa. Considerando a decisão, por maioria, com 19 (dezenove) votos, fica aprovada a dispensa de EIA/RIMA do Processo nº 7001396/2023 – EBES Sistema de Energia S.A. Próximo item da pauta o Processo nº 12387/2024 – Leonardo Bastos Lage Eireli – pela Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA de EIA/RIMA. Iniciado o vídeo. Com a palavra a Engenheira Sanitarista Letícia carvalho e apresenta o processo nº **12387/2024 - Leonardo Bastos Lage Eireli atividade a licenciar** para o empreendimento Pousada Cristalina, Hotéis e Pousadas, em áreas de interesse ambiental no qual o requerente solicita sua regularização ambiental no **licenciamento Trifásico**, o empreendimento está localizado na zona rural do Município de Novo Santo Antônio e **pela recomendação de dispensa de EIA/RIMA** por ele se encontrar dentro da zona de amortecimento do TI Parque do Araguaia. O município de Novo Santo Antônio teve sua emancipação em 1999 possui uma população segundo os dados do IBGE de 2022 de 2.015 pessoas, o empreendimento foi implantado em 1997 está em área consolidada possui o total de 725 44 km², que possui ocupação máxima turística de 28 pessoas, com três colaboradores e o empreendimento ele visa o ecoturismo, pesca esportiva e o turismo contemplativo com relação ao abastecimento de água do empreendimento, ele provém de captação superficial direto no rio cristalino devidamente outorgado pela sema, possuiu sistema de tratamento individual composto de fossa séptica e sumidouro com relação aos resíduos sólidos eles são segregados e acondicionados em local coberto enviados ao distrito de Fio Velasco. O empreendimento possui composteira, sendo o composto utilizado na horta da propriedade. O relatório fotográfico do empreendimento no ano de 1997 ano da construção da pousada e o

relatório de 2024 a terra indígena é o TI Parque do Araguaia ele possui 1.359 hectares e a pousada ela se localiza a 3,5 km do TI Parque do Araguaia está dentro da zona de amortecimento foi realizada a reunião com os indígenas no qual foi realizada a ATA com assinatura e relatório fotográfico. Nesta reunião foram sanadas e discutidas as dúvidas da comunidade em relação ao empreendimento, as documentações pertinentes no licenciamento: Plano de controle ambiental; avaliação de aspectos e impactos ambientais; medidas mitigadoras; ATA da reunião de consulta, em atenção a CLPI- Indígenas e o protocolo do ofício enviado para Funai. Avaliação de Aspectos e impactos Ambientais após a análise técnica foi observado que os principais aspectos gerados com a implantação do empreendimento seria poluição sonora que é ocasionada e a poluição do ar, porém são utilizados equipamentos eficientes que produzam menos ruídos com menor emissão de poluentes com relação a geração de afluentes líquidos, o empreendimento possui um local adequado coberto e além dos resíduos sólidos ser encaminhados para composteira. O empreendimento visa o turismo contemplativo evitando alterar a rotina dos animais, além do empreendimento possuir execução PRAD. Os responsáveis técnicos do processo de licenciamento ambiental é uma equipe multidisciplinar composto por um engenheiro sanitário, engenheiro florestal, engenheiro civil. Por fim, recomendação a dispensa de EIA/RIMA. **O Parecer técnico nº 184117/CSER/SUIMIS/2025**, que analisou o processo, avalia o projeto de licenciamento e recomenda a dispensa de EIA/RIMA por ser um projeto que não se caracteriza como de significativo impacto ambiental, e por se encontrar no entorno de T.I, foi apresentado o CLPI. Posto em votação pela Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA A – Processo nº 12387/2024 – Leonardo Bastos Lage Eireli - Votaram favoráveis à dispensa: SEMA, SES, SEAF, SEDEC, SINFRAP, PGE, FIEMT, FAMATO, FETIEMT, AMM, CREA, OAB, ADE, ABES, IESQBAP, ITEEC, ECOTRÓPICA, GUARDIÕES DA TERRA, UNEMAT, IAV e APRAPA. Considerando a decisão, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos, fica aprovada a dispensa de EIA/RIMA do Processo nº 12387/2024 – Leonardo Bastos Lage Eireli. Próximo item da pauta o **Processo n. 17040/2024- Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística**. Com a palavra João Vitor Seron, coordenador de empreendimentos energéticos e substituindo Valmi na Superintendência. Trata-se do Processo 17040/2024 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, no qual o requerente solicita sua regularização ambiental no licenciamento Trifásico e a consulta de recomendação de dispensa de EIA/RIMA por se tratar de pista de rolagem de duas faixas ou mais de rolamento, entre o trecho do Distrito da Guia até o Trevo da Mica.

211 Cuiabá foi emancipado em 1.818 possui uma área de 4.327 km<sup>2</sup> com a população de  
212 650.000 pessoas, o esgotamento sanitário de 80% e área urbanizada de 160 km<sup>2</sup> o  
213 IDH 0,785. Na imagem à esquerda tem como exemplo de como se trata a duplicação  
214 são quatro faixas de rolamento e ela vai ter uma extensão de 24 km do município de  
215 Cuiabá até o distrito da Guia, o alfinete amarelo do trecho do início próximo ao viaduto  
216 onde está sendo feito e o alfinete amarelo no trecho do fim no distrito da Guia. A  
217 imagem da faixa de domínio da rodovia observa-se ações antrópicas, intervenções e  
218 possui algumas árvores isoladas e de maior porte. Na imagem a direita mostra que já  
219 existe uma pista pavimentada na lateral da faixa de domínio e será feita nova via.  
220 Plano de controle ambiental com a avaliação dos impactos ambientais e as medidas  
221 mitigadoras. Avaliação de aspectos e impactos ambientais; Obras de terraplanagem;  
222 Abertura de acesso; Limpeza de terreno e Escavação de funda. As medidas  
223 mitigadoras; Dissipador de energia; Implantação de Faunoduto; Plano de controle de  
224 resíduos sólidos e Plano de controle de particulados. Os responsáveis pela análise;  
225 engenheiro ambiental; engenheiro florestal e engenheiro civil. Por fim, recomendação  
226 a dispensa de EIA/RIMA. **O Parecer técnico nº 184155/CINF/SUIMIS/2025** que  
227 analisou o processo, avalia o projeto de licenciamento e recomenda dispensa de  
228 EIA/RIMA por ser um projeto que não se caracteriza como de significativo impacto  
229 ambiental. Vídeo encerrado. Com a palavra Fabiana Gouveia, representante da  
230 Ordem dos Advogados do Brasil Mato Grosso, parabeniza a obra e ressalta que fosse  
231 normatizado a situação de obra de relevante interesse social público que nem  
232 precisasse chegar a dispensa de EIA/RIMA. Posto em votação pela Recomendação  
233 de Dispensa de EIA/RIMA A – Processo nº 17040/2024 – Secretaria de Estado de  
234 Infraestrutura e Logística - Votaram favoráveis à dispensa: SEMA, SES, SEAF,  
235 SEDEC, SINFRA, PGE, SINFRA, FIEMT, FAMATO, FETIEMT, AMM, CREA, OAB,  
236 ADE, ABES, IESQBAP, ITEEC, ECOTRÓPICA, GUARDIÕES DA TERRA, UNEMAT,  
237 IAV e APRAPA. Considerando a decisão, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos,  
238 fica aprovada a dispensa de EIA/RIMA Processo 17040/2024 – Secretaria de Estado  
239 de Infraestrutura e Logística. Próximo item da pauta o **Processo n. 17042/2024 –**  
240 **Prefeitura Municipal de Barra do Garças** é uma solicitação de licença prévia para  
241 reforma a ampliação do aeroporto municipal e dispensa de EIA/RIMA. Sobre o  
242 empreendimento é um aeroporto público com operação diurna e noturna, atendendo  
243 aviação comercial e geral, localizado as margens da BR 070 no setor industrial de  
244 Barra do Garças e possui uma licença de operação vigente emitida no ano de 2024  
245 pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso. Sobre o estudo

ambiental foi realizada uma reunião virtual para confirmar informações sobre o processo de licenciamento, presentes responsáveis pelo estudo prefeitura de Barra do Garças como operador do aeroporto, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente como órgão ambiental. A secretaria do Meio Ambiente emite um ofício então e recomendando o atendimento ao tema de referência número 90 que trata de licença prévia, o estudo ambiental ele foi realizado foi protocolado no dia 23 de outubro na sema, no dia 16 de dezembro de 2024 a Secretaria do meio ambiente emite o **parecer técnico nº 183511/2024/DUDBARRA/SGDD** – Recomendação de dispensa de Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), Solicitação de Licença Prévia (LP), conforme o artigo 54 do Decreto Estadual n, 697/2020. Infraestrutura de Interesse público e que segundo os critérios da Resolução Conama n. 470/2015, a reforma e a ampliação do aeroporto de barra do Garças é considerada de baixo impacto ambiental. Equipe técnica responsável; Engenheiro Agrícola; Engenheiro Sanitarista Ambiental; Engenheiro Civil; Engenheiro Florestal e Biólogo. Caracterização atual o aeroporto possui uma área patrimonial de 250 hectares e movimentou no ano de 2023, mil trezentos e vinte passageiros, principalmente através dos voos da azul conecta, aeronave cessna 208B. Problemas verificados: Infraestrutura com desgastes e infiltrações, pavimentos em condições ruins de conservação, Terminal de passageiros (TPS) pequeno, Sistema de drenagem danificado, formação de processos erosivos e Cerca operacional com trechos em estado inadequado. Aspectos Ambientais: Abastecimento de água: poço artesiano, Tratamento de esgoto: fossa séptica e sumidouro, Armazenamento de resíduos sólidos: abrigo telado, Gerenciamento do risco de fauna: vistorias e palestras periódicas. Nas figuras da visita técnica mostra o TPS em uma área bastante reduzida, estacionamento de veículos com problemas na pavimentação, o sistema de drenagem danificado os processos erosivos sendo formados nas cabeceiras da pista. Proposta de reforma e ampliação: justificativa para as obras é pelo fortalecimento do potencial turístico regional, expansão das possibilidades de negócios empresarias (agronegócio), desenvolvimento de cadeia logística atrelada aos serviços públicos regionais e aumento previsto nos passageiros anuais de 1.339 (2023) para 6.881 (2043). Em resumo das intervenções trata-se: Requalificação da infraestrutura, incluindo recapeamento e implantação de pavimentos, construção de novas edificações, como TPS, guaritas e central de utilidades (CUT), melhorias nos sistemas de drenagem, resíduos sólidos e de esgotamento sanitário e dimensionamento adequado para a operação de um ATR 72-600. Previsão de 420 dias de obra, com



140 funcionários no pico da obra e uma supressão aproximadamente 3 hectares de vegetação impactada. A seguir a imagem mostra as intervenções da reforma e ampliação abrangendo desde novas estruturas como o novo TPS e o novo estacionamento de veículos e reforma, bem como da pista de pouso, decolagem, pátio de aeronaves e da pista de taxi. Diagnóstico ambiental não foram identificadas interferências espaciais entre o sítio aeroportuário e os seguintes tipos de restrições socioambientais: unidades de conservação (UCs) e respectivas zonas de amortecimento, terras indígenas (Tis) e respectivos raios de proteção (10 km), terras quilombolas e respectivos raios de proteção (10 km), cavidades naturais e respectivos raios de proteção (250 m), área de risco ou endêmica para malária, bens tombados e patrimônio arqueológico. Diagnóstico da flora: Flora do Sítio aeroportuário é composta cerrado com intervenção antrópica, Gramíneas exóticas, árvores isoladas de origem nativas e exótica, 36 espécies de 24 famílias botânicas e nenhuma delas ameaçadas de extinção. Diagnostico da Fauna é composta por quatro grupos faunísticos: Mastofauna, Herpetofauna, Avifauna e Ictiofauna. Salienta que o gerenciamento do risco da fauna é uma obrigação do operador do aeroporto. O meio socioeconômico é um município de médio porte, com uma população urbana, empregos majoritariamente em serviços e comércio, um PIB per capita de R\$ 41.601,18 (2021) - 83° de 141 no MT, uma região com potencial turístico caracterizado por ecoturismo, turismo religioso ou festividades. Dentro dos impactos ambientais foram encontrados positivos e negativos nos três meios e nas três fases do empreendimento projeto, construção e operação. Os impactos são: geração de expectativas da população, redução da cobertura vegetal, afugentamento da fauna silvestre, crescimento da oferta de empregos, alteração da qualidade do ar, alteração da qualidade da água, alteração dos níveis de pressão sonora, aumento da geração de resíduos sólidos, riscos de acidentes do trabalho, fomento ao turismo e ao comércio, desenvolvimento de cadeia logística dos serviços públicos, aumento do risco de colisão com a fauna e intensificação do escoamento superficial. Com base nos impactos identificados, apresentamos uma proposta de programas ambientais para mitigar e minimizar seus efeitos: controle da supressão da vegetação, afugentamento e salvamento da fauna, monitoramento de emissões atmosféricas, monitoramento de ruídos, gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, monitoramento dos recursos hídricos, comunicação social, educação ambiental, gerenciamento de riscos ocupacionais e gerenciamento do risco de fauna. Posto em votação pela Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA A – o Processo n. 17042/2024 – Prefeitura Municipal de Barra do Garças

316 - Votaram favoráveis à dispensa: SEMA, SES, SEAF, SEDEC, SINFRA, PGE, FIENT,  
317 FAMATO, FETIEMT, AMM, CREA, OAB, ADE, ABES, IESQBAP, ITEEC,  
318 ECOTRÓPICA, GUARDIÕES DA TERRA, UNEMAT, IAV e APRAPA. Considerando a  
319 decisão, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos, fica aprovada a dispensa de  
320 EIA/RIMA Processo n. 17042/2024 – Prefeitura Municipal de Barra do Garças.  
321 Próximo item da pauta **Processo 45558/2022 – Agroreal Agroindústria LTDA** –  
322 recomendação de dispensa de EIA/RIMA. Video iniciado. Trata-se de um  
323 empreendimento instaurado através do número 45558/2022 tem como interessado a  
324 empresa Agroreal agroindústria LTDA, atividade a licenciar a fabricação de óleos  
325 vegetais em bruto através do licenciamento trifásico licença prévia, licença de  
326 instalação e licença de operação. Está localizado Sítio esperança, zona rural do  
327 município de Pedra Preta/MT, avalia o projeto de licenciamento e recomenda a  
328 dispensa de EIA/RIMA, considerando que se trata de um projeto que não se  
329 caracteriza como de significativo impacto ambiental, e por se encontrar localizado  
330 dentro de uma zona de amortecimento de uma terra indígena localizada no município  
331 de Pedra Preta, na região sul, próxima a Rondonópolis e ao norte a reserva indígena  
332 Tadarimana. Pedra Preta foi emancipada em 1976, sua área territorial é de 3.841,672  
333 km², população de 18.066 pessoas, esgotamento sanitário adequado de 12,5% e  
334 IDHM DE 0,679. A Agro Real está delimitada dentro desse perímetro da propriedade  
335 do Sítio Esperança, próximo ao centro urbano de Pedra Preta. A distância, em medida  
336 linear, é de 4.540 metros até a unidade da terra indígena Tadarimana. Esta terra  
337 indígena tem uma área de 10 mil hectares, sendo habitada pelo povo Bororo, com  
338 uma população de 604 habitantes. A terra indígena tem 97,8% do seu espaço  
339 territorial dentro do município de Rondonópolis e 4,34% no município de Pedra Preta,  
340 a ata foi assinada por todos indígenas. Quanto a recomendação de dispensa de  
341 EIA/RIMA foi elaborado **o parecer técnico n 185130/DUDRONDON/SGDD/2025** que  
342 analisou o processo, avalia o projeto de licenciamento e recomendou a dispensa  
343 EIA/RIMA por ser tratar um projeto de baixo potencial de causar significativo  
344 degradação ambiental. Natureza do empreendimento possui com atividade principal a  
345 industrialização da porção ácida do óleo de soja, algodão, palma e milho (borra de  
346 refino do óleo de soja e vegetais), excluída do processo de transformação do óleo  
347 bruto em óleo refinado/comestível, transformando-a em ácidos graxos. A  
348 industrialização está concentrada em uma fração média de 80% para soja e 20% para  
349 os demais vegetais. Matéria prima, produto e subprodutos: borras do refino de óleos  
350 vegetais e outras como reciclagem de óleo de fritura e biodiesel. Produtos elaborados

351 serão ácidos graxos de soja e outros vegetais e no processo de tratamentos de  
352 efluentes, será gerado um gesso agrícola que será destinado para comercialização.  
353 Processo industrial ocorre nos tanques de acidulação onde a borra previamente  
354 aquecida, no qual adicionado ácido sulfúrico, depois de haver a reação química  
355 denominada cisão dos triglicerídeos tem ácidos graxos e água ácida. Este material  
356 permanecerá em decantação para que ocorra separação das fases gordurosas e  
357 aquosas. Foram emitidas para este processo outorga de captação apesar do processo  
358 industrial não utilizar água, bem como autorizado pela portaria 118 o lançamento do  
359 curso da água. Posto em votação pela Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA A –  
360 o Processo 45558/2022 – Agroreal Agroindústria LTDA - Votaram favoráveis à  
361 dispensa: SEMA, SES, SEAF, SEDEC, SINFRA, PGE, FIEMT, FAMATO, FETIEMT,  
362 AMM, CREA, OAB, ADE, ABES, IESQBAP, ITEEC, ECOTRÓPICA, GUARDIÕES DA  
363 TERRA, UNEMAT, IAV e APRAPA. Considerando a decisão, por unanimidade, com  
364 21 (vinte e um) votos, fica aprovada a dispensa de EIA/ Processo 45558/2022 –  
365 Agroreal Agroindústria LTDA. Com a palavra Sra. Lilian encerra a reunião

366 Lilian Ferreira dos Santos  
367 Presidente do CONSEMA,  
368 em substituição